

IMPERIALISMO, CRISE E EDUCAÇÃO**IMPERIALISM, CRISIS AND EDUCATION****EL IMPERIALISMO, CRISIS Y LA EDUCACIÓN**Quartim de Moares¹

Por: Celi Nelza Zulke Taffarel, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Paulino José Orso e Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Em um quadro de crise estrutural – no qual os ataques aos direitos dos trabalhadores e às políticas sociais evidenciam a ferocidade com que o capital trava a luta de classes, expropriando sem limites os cofres públicos com o fim de expandir-se – urge explicar os nexos entre crise estrutural, capital especulativo, imperialismo e a expressão desta conjuntura na reestruturação do trabalho e na formação da classe trabalhadora. Para este número, *Germinal* elege Quartim de Moraes para nos ajudar a dar conta desta tarefa.

Conjuntura Mundial

G: Considerando-se a crise estrutural do capitalismo, qual a conjuntura nas relações internacionais? Qual o movimento na ordem mundial?

Q: Não creio que haja um consenso sobre o conceito de crise estrutural. As manifestações mais simples das crises, analisadas no Livro II do *Capital*, correspondem ou a descompassos na reposição dos meios de produção ou à super-acumulação de mercadorias. Elas assumiram maiores proporções com o desenvolvimento da grande indústria e a importância crescente do sistema de crédito. À medida que o comando do capital-dinheiro (D) foi sendo transferido em escala crescente dos industriais para os banqueiros, ampliou-se a esfera de investimento do capital portador de juro (D-D', com D' $>$ D), ampliando-se também, nas mesmas proporções, os efeitos das crises bancárias. Inscritas nas próprias condições objetivas da reprodução ampliada das relações capitalistas, elas foram recorrentes ao longo de seu desenvolvimento histórico.

Quando a crise assumiu caráter estrutural, afetando o modo de produção enquanto tal? A resposta mais precisa dos textos de Marx está no célebre parágrafo introdutório de *Para a crítica da economia*

política em que ele caracteriza uma “época de revolução social” pela contradição (Widerspruch) entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. O conteúdo dessa revolução consiste na supressão das relações de produção que se tornaram um entrave à produção da riqueza social. Na quinta e última parte do Livro III do Capital (capítulos 21 a 33), em que analisa (a) a divisão do lucro em juro e lucro de empresa; (b) o capital portador de juro, Marx aponta na fórmula D-D’, dinheiro produzindo dinheiro, valor valorizando a si próprio, a expressão mais exterior, mais fetichizada, das relações capitalistas. O juro, que objetivamente é uma parte da mais-valia extorquida ao operário no processo produtivo (P): D-P-D’, se apresenta como fruto direto do capital-dinheiro, que teria a capacidade misteriosa de frutificar seu próprio valor, independentemente da reprodução. Essa forma mais brutal da mistificação capitalista oculta a fonte da qual o juro bombeia a riqueza: a divisão da mais-valia em juros, que remuneram os proprietários do capital financeiro, e em lucro de empresa, que remunera o capital produtivo.

Lênin certamente identificou na monopolização da produção e no predomínio do capital financeiro os traços estruturais principais da etapa imperialista do modo de produção capitalista. A história do século XX confirmou suas teses, notadamente a síntese de seu *Relatório para a Comissão Nacional e Colonial do II Congresso da Internacional Comunista* apresentada em 26 de julho de 1920:

O traço característico do imperialismo é que o mundo inteiro [...] se divide atualmente num grande número de povos oprimidos e um número ínfimo de povos opressores, que dispõem de riquezas colossais e de uma poderosa força militar. Estimando a população total do globo em um bilhão e três quartos, a imensa maioria, compreendendo muito provavelmente um bilhão duzentos e cinquenta milhões de seres humanos [...], pertence aos povos oprimidos, os quais ou se encontram colocados sob um regime de dependência colonial direta, ou constituem Estados semicoloniais, como a Pérsia, a Turquia, a China [...].

Não se tendo confirmado a expectativa da vitória proletária na Europa, a corrente de fundo do movimento revolucionário deslocou-se nos anos seguintes para a periferia colonial do sistema capitalista mundial, mudando, por isso mesmo, de método (guerras revolucionárias), de objetivo (libertação nacional) e de composição de classes (além dos intelectuais, amplos setores da pequena burguesia patriótica participaram a fundo do combate libertador). Desde a Longa Marcha conduzida por Mao-tse-tung, que culminou em 1949 com a libertação da China, as grandes vitórias revolucionárias dos povos da Ásia, da África e da América Latina ao longo do século XX, tiveram caráter predominantemente anticolonialista. Na última década daquele século, porém, o desmantelamento do bloco soviético, incapaz de resolver suas contradições internas e de acompanhar a nova corrida armamentista lançada pelo presidente ex-cow-boy de Hollywood R. Reagan, levou à ruptura, em favor do bloco capitalista, do equilíbrio estratégico EUA/URSS, abrindo a via para um novo surto de agressões coloniais, que prosseguem em nossos dias, com a OTAN funcionando de braço armado do bloco hegemônico imperialista.

G: Com a crise econômica que abala os centros de domínio do capital, há uma reconfiguração geopolítica mundial?

Q. : A reconfiguração vinha de antes, do colossal desenvolvimento das forças produtivas chinesas e, em escala menor, das de outros países da antiga periferia colonial. A crise afetou-os todos, mas em graus largamente diferenciados. Basta considerar de um lado a recessão e o desastre social da União Europeia, sobretudo nos países mais fracos e de outro, o crescimento da China, de 8% ao ano em plena crise internacional.

G: O capitalismo está abalado pela crise? Este abalo está seguido de uma organização revolucionária que o ameace? Quais são?

Q: Abalado está. Mas só os partidos anticapitalistas de base operária podem dar consequência aos abalos. As crises podem favorecer a extrema-direita, como na Alemanha dos anos trinta. Por isso, a mais grave “ameaça” nesses países é de que as coisas se mantenham como estão. A pior situação é a da União Europeia (UE) no hoje decrépito capitalismo de bem-estar. A frenética campanha neoliberal de “privatização” e de “enxugamento”, responsável pelo desemprego crônico de dezenas de milhões de trabalhadores, pela redução dos direitos sociais à mínima expressão, atingindo prioritariamente os mais fracos e vulneráveis (turcos na Alemanha, maghrebinos e negros na França), favoreceu em toda a Europa a proliferação tentacular do neofascismo e do racismo. Em praticamente todos os países da UE assistimos à alternância de políticas neoliberais agressivas da direita e de tentativas socialdemocratas de gerir mais moderadamente a mesma política de redução sistemática dos “custos sociais” da valorização do capital em escala mundial.

G: Ante os levantes que ocorrem na Europa, América do Norte e América Latina, podemos falar em uma classe para si orientada por um projeto histórico claramente configurado?

Q.: Não chamo genericamente “levantes” as manifestações que têm ocorrido nas metrópoles imperialistas. Mesmo descontando as de conteúdo reacionário, como a de 13 de janeiro de 2013 na França, quando centenas de milhares de católicos e neofascistas foram às ruas para condenar o casamento entre homossexuais, somente as revoltas dos jovens e imigrantes nos subúrbios em que estão confinados podem ser consideradas levantes. Essas explosões expressam justa cólera dos setores mais discriminados da população, mas são espasmódicas. Não há atalho para a revolução social. Donde a importância da rearticulação das forças anticapitalistas em partidos que retomem crítica, mas construtivamente o legado comunista.

G: Como a crise está afetando a classe trabalhadora em todo o mundo?

Q.: Uma resposta genérica seria temerária ou inócua. Já notamos que a crise não está afetando no mesmo grau nem a classe operária nem as economias do mundo todo. Sua mais deletéria consequência social é o desemprego em massa, que em certos países da Europa chega a taxas inéditas. Na Espanha praticamente um jovem em dois está desempregado.

G: *Em que pesem as complexidades e singularidades das formações sociais do mundo muçulmano, não é nele, seja na África, seja no Médio Oriente, ou no Paquistão, no Egito, Síria, Iraque que se manifesta, hoje, fortemente o Imperialismo?*

Q.: Não sei se compreendi bem a pergunta. Por imperialismo entendo, na trilha de Lênin, o sistema mundial de dominação do capitalismo de monopólios. O que se manifesta hoje brutalmente nas regiões mencionadas é a retomada da ofensiva neocolonial da OTAN, desencadeada no Iraque em 1991, não por acaso quando a derrocada do bloco socialista do leste europeu liberou os instintos agressivos do bloco militar imperialista. Nessas expedições coloniais, os governos socialdemocratas europeus sujaram as mãos na mesma proporção que os de direita.

Embora a suja rabiscadura dos jornalistas a soldo dos barões da imprensa insista sempre em que as chuvas de mísseis que a OTAN despeja na periferia pobre da ordem liberal-imperialista visam a “combater o terrorismo internacional” e a implantar a tal “democracy” (isto é a concepção mesquinamente liberal da democracia, segundo o modelo “made in USA”), na verdade as intervenções em curso nos países islâmicos têm caráter neocolonial, com o objetivo principal de garantir o controle da forte produção de petróleo de muito boa qualidade do Médio Oriente e levar adiante a tentativa de aniquilar o Irã.

No artigo “A doutrina Bush e a rapina do petróleo”, publicado em 2003 na revista Debate Sindical, notamos que, em vez de cumprir até o fim o anunciado acerto de contas com os acusados de ter feito os habitantes de Nova Iorque sofrer em setembro de 2001 um ataque semelhante o criminoso de guerra, Bush filho estava concentrando seu furor genocida contra o Iraque, cujo governo sabidamente não mantinha nenhuma espécie de vínculo com os presumidos autores dos atentados de Nova Iorque. Havia certamente um componente doentio na obstinação anti iraquiana do então inquilino da Casa Branca, evidente na fixidez alvar, típica dos tresloucados, que paira em sua expressão facial. Mas não convém superestimar o aspecto psicopatológico de seu pensamento. Mesmo porque em dezembro de 1998, Clinton, seu predecessor, que não era louco, mandou bombardear Bagdá com violência sem precedentes desde 1991. Precisava distrair a opinião pública estadunidense do processo de "impeachment" que então lhe era movido por malandragens sexuais, mas, evidentemente, se usou a pele dos iraquianos para fugir da sanha dos alcoviteiros mediáticos, foi porque o aniquilamento de Saddam Hussein se inscrevia perfeitamente na lógica do belicismo imperialista.

São muitas as semelhanças entre o Iraque de 2003, a Líbia de 2011 e a Síria atual. O objetivo do estupro neocolonial permaneceu o mesmo: derrubar regimes laicos, oriundos da luta anti-imperialista das nações árabes, que mantinham, dentro dos limites das fortes pressões impostas pelo imperialismo,

uma política externa independente. Ambos enfrentavam uma oposição heterogênea, composta de provocadores diretamente a soldo da Cia e de outros “serviços especiais”, de liberais de direita pro-imperialistas e de fundamentalistas islâmicos de extrema-direita. (No Iraque acrescentava-se o movimento autonomista curdo).

Muito semelhante também foi o uso da intoxicação mental. Num debate sobre a Líbia ao qual compareci, um tolo enfático de “extrema-esquerda” declarou que Khadafi “massacrara trinta mil líbios”. Perguntei-lhe de onde tinha tirado esse número. Não respondeu porque sua estultice não ia a ponto de cobrir-se de ridículo admitindo que ouvira isso na Rede Globo ou “fonte” similar. Mas enquanto os “baba-ovo” papagaiavam o que liam e ouviam na mediática do capital, os três safados da cúpula da OTAN (Camarão, Sarkozy e Berlusconi, este aliás menos aguerrido que os dois parceiros), empenhados na tentativa de recuperar, sob novos rótulos jurídicos, seus velhos impérios coloniais, continuavam intensificando os bombardeios ditos humanitários. Khadafi, dissemos mais de uma vez, tinha seguramente muitos defeitos, mas sobrava-lhe uma qualidade de que carecem os canalhas que o caluniaram: coragem.

Conjuntura na América Latina

G: Qual é a sua avaliação sobre a tática da esquerda (partidária, sindical e de movimentos sociais) na América Latina e Central e no Brasil a partir do século XXI na perspectiva da luta contra o imperialismo e em defesa da revolução socialista? Em todas essas formas de enfrentamento, pode-se afirmar propriamente que expressam uma determinada tática de luta?

Q.: A tática concerne aos modos de intervir em cada situação concreta, levando em conta tanto seus aspectos mais estáveis, quanto os mais imediatos. Aqueles vinculam-se diretamente ao programa e à estratégia, estes são próprios ao aqui e ao agora. Não há tática sem estratégia, ainda que implícita. Por isso não compreendi bem a pergunta. As formas de enfrentamento que não se reduzem a um levante espontâneo, mas prolongam-se e ampliam-se, podem recorrer a uma pluralidade de táticas. A questão decisiva é saber a que estratégias e a que programas cada uma dessas táticas remete. Quem formula umas e outras é um sujeito político ou social, quer se trate das táticas dos chavistas, que combinam movimentos de massa e disputa eleitoral na luta pelo socialismo, ou das mobilizações étnicas nos Andes em defesa dos direitos indígenas etc.

A luta contra o imperialismo e a defesa da revolução socialista concernem ao programa e à estratégia. As alianças, as forças motrizes, as formas de luta podem ser bem diferentes; ademais, como mostra o exemplo de Cuba, o triunfo da revolução socialista obriga a travar combate incessante contra o cerco imperialista.

G: Quais os principais fatos que demonstram a incidência da esquerda na América Latina, América Central e no Brasil para combater os pilares centrais do capitalismo na atualidade?

Qual é sua avaliação sobre a contribuição do trabalho de desgaste das ilusões das massas por dentro de governos, partidos burgueses, sindicalismo estatal e novos movimentos sociais, para o avanço da luta contra o imperialismo e em defesa da revolução socialista nas Américas e em especial no Brasil? Qual a importância das reivindicações democráticas (direitos e conquistas da classe trabalhadora) na luta contra o imperialismo e em defesa da revolução socialista? Como o senhor avalia o trabalho de organização da luta revolucionária nas Américas Latina e Central e no Brasil neste momento histórico? Quais políticas, na América Latina, você identifica como práticas superadoras do capitalismo na sua fase imperialista?

Q.: Comento em bloco as questões 8-12, que em boa medida se sobrepõem. O tema das ilusões das massas e de como desgastá-las (não as massas, mas suas ilusões) é recorrente na literatura socialista. As experiências em curso em Nossa América, de Cuba a Venezuela, Equador e Bolívia, mostram a possibilidade e as dificuldades da superação do capitalismo, a começar pela erradicação do neoliberalismo. Desde logo, confirmou-se em toda parte a decisiva importância de romper o monopólio mediático dos barões da imprensa.

As conquistas democráticas da classe operária, dos trabalhadores do campo e das camadas populares em geral são decisivas na luta contra a dominação do capital e a ideologia burguesa. Essa luta deve desmistificar o rebaixamento liberal da democracia à competição eleitoral mercadológica e retomar seu sentido historicamente revolucionário de poder do povo. Nesse sentido (que não se confunde com a doutrina idealista do “valor universal da democracia”), a afirmação concreta da soberania do povo abrange a luta anti-imperialista, já que um povo só é soberano num Estado que não recebe ordens do cartel da OTAN.

G: No seu entender, há descompasso entre as condições objetivas e subjetivas para a revolução?

Q.: Para um materialista consequente, a realidade(=condições objetivas) é sempre mais complexa, sempre excede a apreensão cognitiva (=condições subjetivas). Talvez a pergunta sugira que o descompasso, em nosso tempo, é muito forte. Com efeito, o triste espetáculo oferecido pelas longas colunas de desertores que abandonaram as fileiras do comunismo por ocasião da derrocada da URSS deixou fortes traços em larga parcela da esquerda. A intoxicação mediática se encarrega de reativar esses espectros, caricaturando grosseiramente a URSS e demonizando seus principais dirigentes. O PT, principal força da esquerda brasileira, absorveu muita carga tóxica anticomunista, de que se serve para justificar sua ideologia humanitária e socialdemocrata.

G: Como aperfeiçoar a tática para superar a atual contradição entre as premissas materiais favoráveis a revolução e o atraso na elevação dos aspectos subjetivos, de consciência de classe das massas nas Américas e no Brasil?

Q.: Penso ter deixado claro no comentário à questão anterior que não há “a” tática em geral; as táticas se determinam pelos modos de intervir em cada situação concreta. Ademais, atraso e avanço são

relativos e, sobretudo reversíveis, qualquer que seja a “elevação” da consciência das massas. Basta considerar as grandes lutas operárias de 1979-1980 no ABC. Os movimentos de massa têm fluxos e refluxos, mas diferentemente das marés, seu ritmo determina-se historicamente e não mecanicamente. Os refluxos não implicam necessariamente em retrocessos, desde que a memória das lutas passadas seja preservada e reativada.

A conjuntura na formação social brasileira

G: As teses do governo brasileiro sobre um novo desenvolvimentismo, no seio das relações capitalistas de produção, reconfiguram teses, supostamente distanciadas de políticas imperialistas, discutidas no seio do Iseb, no início da década de 1960?

Q.: Na dialética das ideias políticas, o Iseb resulta da dinâmica das lutas anti-imperialistas travadas nos anos 1950 pelos comunistas e nacionalistas de esquerda. O termo “desenvolvimentismo”, muitas vezes usado pejorativamente, não deve obscurecer a imperiosa necessidade de desenvolver as forças produtivas sociais. O igualitarismo na penúria crônica tem levado a trágicos desfechos.

Quanto à alusão a “teses supostamente distanciadas de políticas imperialistas”, divirjo da doutrina do “sub-imperialismo brasileiro”, formulada por Ruy Marini e coadjuvantes. Considero-a inconsistente e conceitualmente frouxa. Tal como a entende Marini, a noção de super-exploração, que em suas teses complementa a de “sub-imperialismo”, simplesmente passa por cima da diferença entre preço e valor. Não é preciso um novo conceito para marcar a queda do preço da força de trabalho (salário) relativamente a seu valor. Trata-se de fenômeno geral no capitalismo, principalmente através do aumento da intensidade do trabalho ou da complexidade das aptidões exigidas do trabalhador (quadros técnicos, engenheiros etc.), sem aumento correspondente do salário. É só consultar publicações sindicais ou de partidos marxistas europeus para constatar constantes denúncias da intensificação do ritmo do trabalho nas fábricas. Na França, a denúncia das “cadences infernales” nas linhas de montagem é recorrente. Se o trabalho é mais intenso, o operário incorpora mais valor ao produto numa mesma unidade de tempo. A taxa de exploração (relação entre a criação de mais-valor e a reposição do valor da força de trabalho) aumenta nas mesmas proporções. Sem dúvida, nada impede falar em super-exploração para descrever tais situações. Mas elas nada têm a ver com “sub-imperialismo”.

O nervo dessa questão está na determinação dos bens que integram o valor dos meios de consumo considerados necessários. Essa necessidade é determinada culturalmente (Marx lembrava que o operário inglês bebe cerveja, o francês vinho) e historicamente: no auge do “capitalismo de bem-estar”, ao longo do terceiro quarto do século XX, a maioria dos trabalhadores da Europa mais próspera tinha pleno acesso à medicina e escola pública, a uma boa rede de transportes coletivos, além das férias e dos apetrechos domésticos produzidos em larga escala, da geladeira à TV. Tudo isso passou a integrar o valor da força de trabalho. Mas o desmantelamento da URSS e do bloco socialista

do leste europeu deixou a burguesia dos países imperialistas à vontade para ampliar, na trilha aberta por Reagan e Thatcher na década anterior, a ofensiva neoliberal contra as conquistas sociais da classe operária e do conjunto dos trabalhadores assalariados. Perante essa furibunda ofensiva do capital financeiro e do liberal-imperialismo, a contraproposta dos social-democratas era aplicar mais moderadamente as medidas anti-sociais de redução dos custos do “Estado de bem-estar”, que se tinha tornado demasiado oneroso para a lógica objetiva da valorização do capital. O “valor universal da democracia”, uma vez mais, inclinou-se diante da Bolsa de Valores.

O fato de que as mulheres costumem ganhar (salvo no setor público) menos do que os homens para executar as mesmas tarefas com a mesma qualificação corresponde à mais generalizada forma de super-exploração do trabalho. Ela nos põe diante de uma questão que remonta à aldeia neolítica e que Engels foi o primeiro a analisar em profundidade, a opressão da mulher pelo homem. Para explicar a persistência dessa opressão, a despeito dos inegáveis progressos conquistados pelos movimentos feministas da segunda metade do século XX, a noção de super-exploração poderá ser útil, mais obviamente ela não tem a ver com “sub-imperialismo”.

Nos últimos anos, alguns autores, nomeadamente V. Fontes, R. Zibechi e Mathias Luce reativaram, cada qual à sua maneira, as teses do subimperialismo ou do imperialismo brasileiro. Os dois primeiros afastam-se explicitamente das teses de Ruy Marini, o terceiro retoma-a com algumas modificações. Todos eles deduzem do caráter dominante do capitalismo de monopólios na economia brasileira sua posição imperialista (subimperialista, segundo Luce), mas falta a todos clareza conceitual e consistência teórica. Em especial, deixam de lado o fato de que o imperialismo repousa na força, portanto na supremacia militar.

G: O que explica o fato dos sindicatos e movimentos sociais no Brasil destacarem a formação no movimento, em detrimento da apropriação dos estudos e práticas históricas acumuladas? Isto é expressão do presentismo histórico (ou vê nisto uma outra influência)? Quais desdobramentos daí decorrem para as lutas contra o capital?

Q.: Não penso que a oposição entre ação e estudo seja regra geral. O MST, por exemplo, desenvolve intensa atividade de formação. O princípio correto foi formulado por Lênin: sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Mas a recíproca também é verdadeira: entre teoria e prática, há interdependência dialética.

G: As teses do socialismo científico estão sendo aplicadas no Brasil para a elaboração de um programa da revolução proletária? Em caso positivo, exemplificar.

Q.: Nesse grau de generalidade, qualquer resposta categórica seria mero “palpitemo”. Não há comunistas que não pretendam aplicar o socialismo científico. Mas as grandes divergências políticas que os separam mostram que não se pode extrair dedutivamente

de uma teoria fundamental uma linha concreta de ação. Por isso Lênin reiterava que o espírito vivo do marxismo é a análise concreta da situação concreta.

A principal base social de qualquer revolução em nossa época são os proletários da cidade e do campo e seu principal objetivo o socialismo. Só um partido organicamente ligado ao movimento operário e capaz de mobilizar amplas massas populares para uma ampla e decidida luta política, pode levar adiante um programa concreto rumo à revolução social.

G.: No Brasil, a educação escolar da classe trabalhadora tem contribuído para instrumentalizá-la para as suas lutas emancipatórias?

Q.: O conhecimento, mesmo fragmentário, é sempre emancipador. Mas não ficou claro se o termo “instrumentalizá-la” é utilizado em sentido positivo ou negativo. São sobejamente conhecidos os problemas da escola pública em nosso país, cujas brechas e carências são aproveitadas pelas escolas confessionais. O pior é o efeito deseducador exercido pela cretinice mediática da TV e rádio, inculcando no povo o mais vulgar conformismo.

Repercussões da conjuntura na produção do conhecimento

G.: Como se configura o imperialismo de hoje e em que se diferencia daquele debatido por Lenin e Trotsky? A categoria imperialismo ainda é uma referência para a análise das relações internacionais?

Q.: Não conheço contribuição importante de Trotsky à teoria do imperialismo. A referência central e fundamental é Lênin, sem o qual não se pode compreender a lógica objetiva do capitalismo contemporâneo. Sem dúvida, praticamente um século depois da publicação de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, mudanças importantes ocorreram no capitalismo internacional e no sistema imperialista. Evidentemente, a análise do imperialismo deve ser atualizada, mas, como ponderou James O'Connor, as críticas dirigidas a Hobson e a Lênin, bem como as visões alternativas que foram propostas, “constituem menos uma nova teoria do que um catálogo de fatos históricos não inteiramente consistentes com as teorias anteriores”.

G.: Em relação à produção científica, pode-se dizer que está dando conta de explicar a conjuntura mundial? Quais intelectuais estão contribuindo para explicar o mundo hoje?

Q.: Os intelectuais que levam a sério a noção neoliberal de “globalization”, principalmente os que repetem que “interesse nacional” é coisa do passado, ajudam apenas a camuflar o interesse nacional da superpotência hegemônica. É essa a maior mistificação da ideologia da “globalização”: sugerir que o imperialismo foi ultrapassado e que, com a derrubada do muro de Berlim, hoje viveríamos num mundo sem muros nem fronteiras. Com aquele muro, porém caíram apenas as barreiras estatais que separavam o bloco da OTAN do bloco soviético. Dois outros muros, muito mais cruéis e mortíferos do que o de Berlim, o do México e o da Palestina, começaram a ser construídos respectivamente em 1994 e em 2002 pelos imperialistas estadunidenses e em 2002 por seus sócios facho-sionistas.

A chamada globalização financeira resulta, no essencial, de decisões impostas pelo imperialismo estadunidense ao sabor de seus próprios interesses nacionais. Assim, em 1979, Paul Volcker, que acabara de assumir o comando do Federal Reserve, não tendo obtido apoio de seus sócios do FMI para fortalecer o dólar (cuja taxa de inflação se aproximava de 15% ao ano), tomou unilateralmente a decisão de elevar brusca e brutalmente a taxa de juros, para atrair os dólares que estavam “flutuando” nas mãos dos especuladores do mundo inteiro. Esta medida desencadeou tremendo efeito recessivo, que se propagou por todo o sistema capitalista internacional e, ainda mais duramente pela periferia, provocando na América Latina, com a chamada “crise da dívida externa”, duas décadas de retrocesso econômico. Ao influxo do estímulo cumulativo da hiperbólica elevação da taxa de juros estadunidenses e da “desregulamentação” neoliberal do mercado de capitais, massas crescentes de capital-dinheiro, guiadas pela rentabilidade das aplicações ponderada pela “taxa de risco”, autonomizaram-se em “mercados financeiros” a cujas oscilações ficariam subordinadas a riqueza e, sobretudo a miséria da grande maioria da humanidade.

G: Quais as razões levam os intelectuais (nos debates e pesquisas) e as políticas se pautem pela denominação bi e multilateralismo e evitem falar em imperialismo?

Q.: Oportunismo intelectual e cooptação pela mediática do capital. Infelizmente, conforme a velha fábula do lobo magro e do cachorro gordo, são muitos os que preferem buscar o afago e os biscoitos dos barões da imprensa no canil mediático.

G: Quais os desafios colocados para os intelectuais na atualidade? O que não está sendo discutido?

Q.: Aprofundar a análise das conexões entre lutas de massa, democracia e socialismo. Lutar contra a monopolização dos grandes meios de comunicação social pelos

magnatas do capital. Determinar as medidas de transição que assegurem o controle público do sistema financeiro. Denunciar as guerras neocoloniais movidas pela OTAN. Promover uma discussão concreta e crítica, sem fórmulas apriorísticas, das causas da derrocada da URSS.

Notas:

¹ João Carlos Kfourri Quartim de Moraes. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de São Paulo (1964), graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1964), licenciou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1964) e doutorou-se (Doctorat D'État en Science Politique) na Fondation Nationale de Science Politique da Academia de Paris (1982). Foi professor titular da Universidade Estadual de Campinas de 1982 a 2005. Após aposentar-se, retomou as atividades docentes na condição de professor colaborador voluntário na mesma Universidade. Desenvolveu pesquisas e publicou artigos e livros nas áreas de história da filosofia antiga, teoria política, materialismo, marxismo, instituições brasileiras etc. Email: quatis@uol.com.br